



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA N.º 327/2018

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a qualificação como estruturante de um conjunto de vias da Cidade, para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes

Através da Deliberação n.º 6/AML/2014, publicada na Edição Especial n.º 1 do Boletim Municipal, de 22 de janeiro de 2014, a Assembleia Municipal aprovou o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da Proposta n.º 915/2013, e, ainda, os critérios de transição de recursos humanos, nos termos da Proposta n.º 916/2013.

Esta Deliberação integrou um processo pioneiro, levado a cabo pela cidade de Lisboa, na sequência da publicação da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que constituiu um exemplo na descentralização de competências e valorização do trabalho concertado entre o Município e as Freguesias, e os demais atores.

Na sequência da referida Deliberação foram celebrados entre o Município e as várias Freguesias os respetivos autos de efetivação da transferência de competências, tendo a sua execução sido acompanhada, através de um processo de monitorização submetido à Câmara e à Assembleia Municipal.

A experiência decorrente deste processo de reorganização permite concluir que o exercício destas competências pelas freguesias possibilita prestar um serviço público de maior proximidade aos cidadãos, com maior eficiência e eficácia no que respeita à gestão dos respetivos recursos, valorizando o papel das freguesias no quadro de gestão da cidade, e assegurando o cumprimento dos princípios da subsidiariedade, da



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

descentralização e da valorização da autonomia do poder local, aliás, constitucionalmente consagrados.

Em matéria de intervenção nas vias estradais, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, bem como na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem competências próprias das freguesias a conservação e reparação da sinalização horizontal e vertical (artigo 12.º, alínea f) da Lei n.º 56/2012).

Porém, a gestão global do domínio público rodoviário municipal é competência dos municípios, conforme decorre do disposto na referida Lei, conjugado com o artigo 33.º, n.º 1, alínea qq), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como com a Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, que aprovou o Regulamento da Estradas e Caminhos Municipais.

Está, por isso, legalmente cometida ao Município de Lisboa a responsabilidade de conservação dessas vias, definir sentidos de trânsito, aprovar a colocação da sinalética, bem como, em termos mais globais, assegurar a estratégia e planeamento em matéria de definição da rede viária, sem prejuízo das competências delegadas nas freguesias e das suas competências próprias.

Do mesmo modo, e especialmente numa matéria tão relevante para a proteção de pessoas e bens, compete ao Município de Lisboa criar as condições para que a circulação nessas vias ocorra em perfeita segurança.

Ora, neste quadro, verifica-se que várias vias estradais, na cidade de Lisboa, são ladeadas por arvoredos, cujas competências de gestão, em regra, estão cometidas às freguesias.

Com efeito, nos termos do Regulamento Municipal do Arvoredos de Lisboa, publicado no Diário da República n.º 231/2017, Série II, de 2017-11-30, "*a CML é a responsável pela gestão e manutenção do património arbóreo compreendido nos espaços verdes considerados de natureza estruturante,*



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

enquanto as Juntas de Freguesia, ao abrigo da sua competência própria para gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes, prevista na alínea a) do Artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, são responsáveis pela proteção, gestão e manutenção do património arbóreo compreendido nas áreas que lhe estão afetas, ou seja, nas áreas que não tenham sido consideradas de natureza estruturante".

A boa gestão de algumas vias recomenda a intervenção articulada no que respeita ao arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas nas áreas do espaço público envolvente.

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da referida Lei n.º 56/2012, "As competências referidas no artigo anterior que se revelem indispensáveis para a gestão direta pela câmara de espaços, vias ou equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade mantêm-se no âmbito de intervenção da Câmara Municipal de Lisboa."

Estabelece-se, ainda, no n.º 2 do mesmo artigo que "A câmara municipal deve identificar e, mediante proposta fundamentada, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o elenco das missões, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos a que se refere o número anterior".

Assim, através da presente iniciativa, propõe-se que o Município de Lisboa assumira a gestão de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas num conjunto de vias estratégicas, em concreto da Praça dos Restauradores, Avenida da Liberdade, Praça Marquês de Pombal, Avenida Fontes Pereira de Melo, Praça Duque de Saldanha, Avenida da República, Rotunda de Entrecampos e Campo Grande, qualificando-as como estruturantes, para este efeito, sem prejuízo das demais competências atuais das freguesias abrangidas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Assim, em face do exposto, ao abrigo dos preceitos legais supra citados, bem como da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal a qualificação da Praça dos Restauradores, da Avenida da Liberdade, da Praça Marquês de Pombal, da Avenida Fontes Pereira de Melo, da Praça Duque de Saldanha, da Avenida da República, da Rotunda de Entrecampos e do Campo Grande, como estruturantes para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes nas referidas vias.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 24 de maio de 2018

O Presidente



Fernando Medina



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberados na Reunião de Câmara de 24 de maio de 2018, as atas, os votos de pesar, as moções e as propostas a seguir discriminados, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 21, 22 e 23/2018 das reuniões de Câmara de 4, 12 e 19 de abril de 2018.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 21/2018 (Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de António Arnaut, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 22/2018 (Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do pintor Júlio Pomar, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 23/2018 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto e pelos Srs. Vereadores do CDS-PP)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Clara Menéres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 324/2018 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar, ao abrigo do protocolo em vigor, a transferência de verba para o Novo Grupo de Teatro, CRL, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 325/2018 (Subscrita pelo Sr. Vereador Ricardo Robles)

Aprovar a transferência de verba para a Associação para a Integração e o Apoio ao Deficiente Jovem e Adulto – Elo Social, ao abrigo do Programa de Apoio à Mobilidade, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 326/2018 (Subscrita pelo Sr. Vereador Ricardo Robles)

Aprovar o PRÉMIO MUNICIPAL “Direitos Humanos na Criança e no Jovem” Edição 2018/2019, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 327/2018 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a qualificação como estruturante de um conjunto de vias da Cidade, para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (6PS, 2Ind., 2PCP e 1BE)	0	4 (3CDS/PP e 1PPD/PSD)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Ponto 2

Aprovado por escrutínio secreto com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12	0	5

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu, *[assinatura]*, Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 24 de maio de 2018

O Vice-Presidente

[assinatura]

Duarte Cordeiro

PROPOSTA N.º 327/2018 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A QUALIFICAÇÃO COMO ESTRUTURANTE DE UM CONJUNTO DE VIAS DA CIDADE, PARA EFEITOS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ARVOREDO E OUTRAS ESPÉCIES ARBÓREAS E ARBUSTIVAS E DOS ESPAÇOS VERDES, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 328/2018 - APROVAR A MANUTENÇÃO DE GRANDES ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES DE ALINHAMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Vice-Presidente: - ...o Ponto 42 e o Ponto 43 que devem ser discutidos em conjunto, Proposta 327, subscrita pelo Presidente; Proposta 328, subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP.

Em relação à proposta subscrita pelo Sr. Vereador, pelo Sr. Presidente. Esta Proposta, o que se trata é da classificação imediata, para efeitos de manutenção arvoredo, daquilo que nós consideramos que é o Eixo Central, que vai da Praça dos Restauradores ao Marquês de Pombal; do Marquês de Pombal à Praça Duque de Saldanha; e da Praça Duque de Saldanha ao Jardim de Entrecampos. E portanto, esta é uma Proposta para nós podermos assumir as responsabilidades inerentes à manutenção da Estrutura Verde, no fundo carece, no nosso entendimento, desta Proposta.

Portanto, o Ponto 43, Proposta 328, subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP, é um conteúdo pouco mais tenso, e portanto, não sei se o Sr. Vereador Carlos Moura ou o Sr. Vereador João Ferreira querem usar da palavra em relação a este ponto? Passo a palavra ao Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Efectivamente, Sr. Presidente em exercício, é uma visão mais extensa e mais profunda desta questão, aliás, quanto a nós, vemos esta Proposta do Sr. Presidente em relação ao arvoredo das vias do Eixo Central é, parece-nos a nós um bocadinho, enfim, ir em contraciclo de tudo aquilo que Sr. Presidente coloca nos Considerandos, em relação ao funcionamento da Gestão dos Espaços Verdes, do arvoredo, pelas Juntas de Freguesia.

Parece-nos algo um pouco estranho, que tendo estes Considerandos, depois se parta para a passagem e a consideração como estruturantes, destes arvoredos do Eixo Central e nós dizemos, contrariamente àquilo que aqui está, aquilo que nós vamos sentindo na Cidade, para lá da nossa opinião,

obviamente e da nossa análise sobre o assunto, é que inclusivamente várias Associações se têm mostrado contra este modelo de manutenção do arvoredo na Cidade de Lisboa, e não só isso, até mesmo as próprias Juntas de Freguesia vêm dizendo que não tem Fundos suficientes para fazer uma gestão como ela deveria ser feita e muitas delas, inclusivamente, com a externalização destes Serviços.

Não é nada que para nós seja de espantar, uma vez que nós já tínhamos dito que com a passagem destas Competências, se perderiam sinergias, se perderia uma logística única, se perderia em termos do equipamento necessário, aquilo que existia na Cidade de Lisboa, que no fundo era uma partilha dos vários equipamentos, que justificavam e que eram necessários para a manutenção desses Espaço Verdes e mais ainda, se perdeu uma coisa que quanto a nós é extremamente importante, o que é a ideia de revalorização e de revitalização da Escola de Jardineiros e inclusivamente, de poderem existir de virem a existir mais Jardineiros no Município de Lisboa.

E portanto, nós apresentamos uma Proposta que vai mais longe, com a manutenção e a gestão destes espaços de media e grande dimensão da Cidade de Lisboa, para que o arvoredo e os espaços verdes sejam vistos como um todo na Cidade e não como uma manta de retalhos, de 24 retalhos diferentes, que são geridos de forma muito diferente e alguma dela bastante questionável.

Fazemos esta Proposta e trazemos esta Proposta nesse sentido, procurando que de facto estas preocupações, que também são tidas socialmente, façam o seu caminho até junto desta Vereação, pese embora esta Vereação tivesse de início uma visão bastante negativa em relação à nossa Proposta e à nossa visão; pensamos que a própria Proposta do Presidente, é de alguma forma o reconhecimento que as coisas não estão a correr exactamente como previa e que deve ser tomado um outro caminho nesta Gestão do arvoredo na Cidade de Lisboa.

Bom, era importante saber, uma vez que na altura que apresentámos uma Proposta um pouco neste sentido, nos foi dito, bom, mas os problemas que vocês levantam, sendo pertinentes, serão resolvidos com o Regulamento Municipal do Arvoredo. A verdade é que todos conhecemos a novela em que se transformou o Regulamento Municipal do Arvoredo, é claro que todos sabemos o que é que daí saiu, inclusivamente com o Sr. Presidente, dizendo que ia pedir um Parecer Jurídico sobre a situação do envio para publicação do Regulamento pela Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal.

Parecer Jurídico que até agora não temos conhecimento, ou pelo menos não nos chegou e não sabemos o que diz, e um Regulamento que foi alterado nas matérias substanciais que para esta Câmara eram essenciais, para manter precisamente uma capacidade de intervenção desta Câmara, a nível do conhecimento do estado do arvoredo através do Protocolo que existia com o Laboratório de Patologia Vegetal, através dos próprios conhecimentos da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente através dos Espaços Verdes sobre a sua situação e, já agora, gostaríamos de também perceber; porque é que esta proposta vem subscrita pelo Sr. Presidente e aparentemente, nos pareceria a nós, que faria sentido ou que pelo menos viesse subscrito em conjunto, ou que fosse subscrita pelo Sr. Vereador do pelouro do Ambiente e Espaços Verdes. E portanto, gostaríamos de ter estes esclarecimentos, de perceber o que é que se passa e, após termos exposto os nossos argumentos sobre esta gestão de espaços verdes, que também esta Câmara se pudesse pronunciar sobre os mesmos e sobre a justeza dos mesmos, sendo certo que, se de futuro, não sendo aprovada a nossa proposta, que nós admitimos perfeitamente que a postura desta Câmara, possa ainda não estar madura suficiente para isso, mas que, se dê a resposta então às associações, às organizações não-governamentais que aparentemente, levantam os mesmos problemas que estamos nós aqui a levantar e que, obviamente, estão bastante descontentes e preocupadas. Quando nós propomos isto, propomos tendo em conta que a cidade tem que ser vista do ponto de vista, não só da gestão de espaços verdes, mas também como um espaço bioclimático e que os espaços verdes fazem parte e que, muitas das vezes as relações Interespecíficas, e intra-específicas são importantes, os regimes de vento são importantes e que a absorção de partículas nas próprias árvores é importante para a cidade e, que têm efeitos importantes em toda a cidade de Lisboa e não apenas dentro das Freguesias que a compõem. Obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Apesar da tentativa de nos esmagar com a capacidade argumentativa, não creio. Sr. Vereador João Pedro Costa.

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Sr. Muito obrigado Sr. Presidente. Dar primeiro nota que, vemos com bons olhos o facto do PCP se ter preocupado com esta matéria e ter apresentado uma proposta e que a Câmara depois também traz uma proposta alternativa, o PSD estaria mais confortável, se estas 2 propostas pudessem não ser votadas hoje. E explico porquê, tínhamos todo o interesse em ouvir as várias Juntas de Freguesia e este é um tema que tem

gerado algumas situações pontuais de falta de entendimento, não ficou claro a responsabilidade, se é da Câmara se é das Juntas de Freguesia e portanto, parece-nos que uma aprovação unilateral do lado da Câmara, sem escutar as Juntas de Freguesia, pode não ser o mais aconselhado. E portanto, a nossa proposta é que seja adiado para a próxima reunião e, que nos dê tempo, nós PSD, que não conseguimos, portanto, meia culpa, de ouvir pelo menos as Juntas de Freguesia cuja presidência é do partido social-democrata. Muito obrigada.

O Sr. Presidente em exercício: - Corrijo. Só uma Sr. Vereador. Deixe-me só dizer a o seguinte, antes de dar a palavra ao Sr. Vereador João Gonçalves Pereira para facilitar um bocadinho a leitura. O espaço a que se refere esta proposta, diz respeito ao eixo central, grande medida ao eixo central, onde foi, no fundo, feito uma intervenção que não existia à data da reforma administrativa, na qual, se introduziram, no fundo, um conjunto de exigências que não existiam naquele momento. Acresce o facto da leitura que é feita hoje; crítica, saudável em relação ao processo de reforma administrativa, sem querer, sobre essa perspectiva querer pôr em causa a reforma, é que, a Avenida da Liberdade pela sua dimensão, pela sua complexidade, fará sentido estar na responsabilidade da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia. Não poderá daqui, e aí dividimos as nossas posições em relação às propostas, se poder, no fundo, tirar uma conclusão sobre da parte da Câmara Municipal, pelo menos de quem propõe, da parte do presidente, da parte do Sr. Vereador José Sá Fernandes, que daqui se tira uma conclusão em relação ao resto da cidade, porque em relação ao resto da cidade e às competências que as Juntas de Freguesia têm, esses alarmes que depois, com o tempo se vieram a revelar que não tinham sentido, na prática a situação está relativamente normalizada, fora, como é óbvio, um outro caso que pode por vezes acontecer. E portanto, esta é uma situação que se refere, por um lado na Avenida da Liberdade face à dimensão e à complexidade, no caso da Avenida Fontes Pereira de Melo e no que diz respeito à Avenida da República, pelo facto se terem alterado as circunstâncias, ter criado, no fundo, espaços não existentes do ponto de vista de tratamento e que, no fundo, significa na prática a justiça de encarar que nos cabe a nós, no fundo, ter a responsabilidade da manutenção dessas áreas. E é simplesmente isso que se está a procurar fazer, quanto mais rápido, formos a corrigir, como é óbvio, que é melhor para as Juntas de Freguesia, porque como é óbvio que as Junta de Freguesia que deixarão de ter essa responsabilidade e este custo associado e portanto, ao reconhecimento da nossa parte houve,

uma avaliação inicial que foi entretanto corrigido, no caso da Avenida da Liberdade, no caso da Avenida Fontes Pereira de Melo e na Avenida da República, realmente uma alteração de circunstâncias. Só para explicar a razão de ser desta proposta. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado, senhor Presidente em exercício.

Da parte do CDS há uma preocupação grande com a manutenção do arvoredo na Cidade, seja ela da responsabilidade da Câmara ou das Juntas de Freguesia, agora há algo que, e o CDS sempre defendeu e continua a defender uma descentralização, e defendeu a Reforma Administrativa, até defendendo que se devia ir mais longe do que aquilo que se foi na própria Reforma Administrativa, no entanto, é perceptível para todos, hoje, que a manutenção e a gestão do arvoredo na Cidade, muito dele a cargo das Juntas de Freguesia, o que coloca um problema a própria Cidade.

E portanto, isso é algo que nós e da parte do CDS sem qualquer problema, assumimos isso com tranquilidade, e portanto, se há aspectos onde se tentou fazer uma descentralização, onde houve uma reorganização administrativa, onde houve uma delegação de competências, se essa delegação está a colocar um problema à Cidade, então nós temos que ponderar e devemos actuar, no sentido de corrigir algo que não está a correr tão bem, e daí que o CDS esteja a preparar uma Proposta neste sentido, que não irá exactamente nos mesmos termos em que aparece Proposta do PCP.

Eu não me sinto em condições neste momento de poder rebater a proposta, sem desvalorizar o mérito da iniciativa que o próprio PCP aqui apresenta, e portanto, se isto hoje for a votação, o CDS terá o sentido de voto de abstenção, porque penso que a Proposta que aqui vamos trazer tem uns contornos um bocadinho diferentes, ou seja, estamos de acordo relativamente à preocupação, pode haver ali um ajuste de redacção nos Considerandos, em que não nos deixa tão confortáveis, mas eu estou a ir à parte deliberativa e portanto será o sentido da abstenção, e já foi aqui sugerido pelo PSD que pudesse haver um adiamento da Proposta, para ouvir a Junta de freguesia.

Penso que é importante, evidentemente, ouvirmos as Juntas de Freguesia e ouvirmos também as várias forças vivas da Cidade e a começar pelos lisboetas, que alguns episódios que ocorreram um pouco por toda a Cidade, até lhe devo dizer, Sr. Presidente em exercício, que nós vamos votar favoravelmente a iniciativa que aqui trazem, mas devo-lhe dizer que a preocupação do CDS vai muito para além daquilo que é o Eixo Central,

pensamos que o problema do arvoredado na Cidade, não é o Eixo Central e não é de todo, e percebemos bem porque é que a Câmara está a puxar esta responsabilidade também para si, não ignoramos isso sob o ponto de vista político, porque não somos ingénuos, agora, portanto não temos problema nenhum em votar também favoravelmente, mas percebemos o alcance e a importância para a Maioria, que é no fundo, recuperar esta zona e este arvoredado e a gestão deste arvoredado nesta Zona da Cidade.

Agora a que há claramente aqui um problema, há; que esse problema requer medidas, não temos dúvida nenhuma em relação a isso, da parte do PCP, o repto que lançamos é no sentido de podermos adiar, não *"ad perpetum"*, como é evidente, mas que pudéssemos aqui só adiar algum tempo, por forma a que, não só as Forças Políticas, todas elas, possam fazer a sua avaliação, possam recolher a sua informação e possam também ter o poder de iniciativa.

Se o PCP entender, bem, não, mas é que o poder da oportunidade, como ouvimos agora, já percebi que há aqui um *"timing"* de oportunidade do PCP relativamente a algumas iniciativas, que é absolutamente legítimo, não ponho isso em causa, porque nós também o temos, não estou a criticar, mas se sentirem que o *"timing"* tem que ser hoje, nós respeitamos, votaremos, agora o que pedia, Sr. Vereadores ou Srs. Vereadores do PCP, é que pudéssemos adiar isto 2 ou 3 semanas, por forma a podermos também de ter aqui nesta mesma sede, uma Proposta e uma iniciativa. Muito obrigado.

O Sr. Vice-Presidente: - Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Oh Sr. Vereador, é assim, a nós não nos faz nenhum reboço adiarmos, até porque o *"timing"* em relação a isto, felizmente não estão ali a cortar as árvores todas dos jardins, nem a podá-las radicalmente neste momento, não, não estou a perder argumentos, nós, é assim, nós já avisámos disto, como dizia, como diria o vereador Ruben de Carvalho em *"milo tempore"*, nós já avisámos destas situações e portanto nós a já esperámos bastante tempo, não é por esperarmos mais 2 ou 3 semanas que o problema desaparece.

Agora digo também uma coisa e vou dizer-la ao Sr. Presidente em exercício, que nos acusou de estarmos aqui a desvirtuar e a estarmos a arranjar argumentos contra a Reforma Administrativa. Nós não estamos a pôr em causa a Reforma Administrativa, pelo menos não ainda, em seu tempo, ela virá, porque será necessária, mas não ainda, e portanto, aquilo que estamos a dizer, é que estamos aqui à procura de uma forma de resolver problemas que de

facto se sentem na cidade de Lisboa; e que de facto as organizações não-governamentais levantam; e que, de facto nós nos preocupamos e os levantámos logo de início, porque estávamos a ver em perspectiva aquilo que poderia acontecer.

E mais ainda, Sr. Presidente, aquilo que o Sr. Presidente diz, contradiz aquilo que foi informado quando apresentámos uma Proposta no mesmo sentido, e que nos foi dito, não, o Regulamento do Arvoredo que está a ser elaborado, vai responder precisamente às preocupações ilegítimas que levantam, e não resolveu e contradiz a opinião das organizações não-governamentais, que dizem, este problema existe e tem-se vindo a agravar com o tempo, e portanto, se ele se tem vindo a agravar com o tempo, não está pacificado, Sr. Presidente em exercício, com o devido respeito, estar pacificado é não estarem a surgir problemas e as organizações não levantarem problemas.

E finalmente, Sr. Presidente, contradiz as próprias preocupações da Juntas de Freguesia e algumas delas do seu Partido, que dizem que os Fundos que chegam, permitem fazer apenas a manutenção de uma pequeníssima parte do espólio, em termos de arvoredo, que têm nas suas Freguesias e disseram-no publicamente, e portanto isso não é não é um mistério, mas contradiz profundamente o argumento de que as Juntas estão a conseguir dar boa resposta a estes problemas, não, Sr. Presidente, não só nas Juntas não estão a conseguir dar; não só as organizações ambientalistas não estão sossegadas sobre esta questão e não estão pacificadas.

E muito menos, o Regulamento do Arvoredo deu resposta aos problemas que eram levantados e que foi então dito, que eram que legitimamente levantados, mas que teriam a sua resolução, nenhum destes 3 pontos se concretizou, e portanto, tem toda a pertinência a Proposta que apresentamos, esperar 2 ou 3 semanas para que o CDS e o PSD contactem com as Juntas de Freguesia e com as organizações, já agora, sugiro-lhes que falem com elas, porque elas têm dados e elas preocupam-se e tem fotografias, e tiraram e estão no terreno a ver as situações, e depois, veremos se não coincidem com a nossa leitura do problema. Obrigado.

O Sr. Vice-Presidente: - Sr. Vereador, permita-me discordar. Sr. Vereador João Ferreira, agradeço então que sejamos rápidos, depois também quero fazer uma intervenção.

Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Só mais uma questão à qual não foi dada resposta, e que tem que ver com a própria noção estruturante. O que é que é estruturante? Porque nós podemos ter e temos opiniões diferentes sobre a Descentralização, sobre a Reforma Administrativa, as opções que lhe estão subjacentes, temos aí posições irreconciliáveis conhecidas de resto.

Mas nós não estamos a pretender com esta Proposta, era importante ter isto muito claro, reverter decisões que foram tomadas com a Descentralização, teríamos razões para o fazer e como disse o Vereador Carlos Moura, a seu tempo essas questões aqui virão, agora do que se trata aqui, é de uma outra questão à qual não foi dada resposta, que é a noção de estruturante, é que mesmo dentro do quadro mais geral que esta Maioria criou, há um conceito de estruturante, Que é o quê? São as vias, são os espaços, são as zonas verdes, é o que for, que se considera que tem um impacto mais global do que os peritos sítio em que se implantam, têm um impacto em toda a Cidade e não apenas no sítio onde estão implementadas.

Ora, quer as árvores de alinhamento, quer os espaços verdes, com a área que o PCP aqui refere, pelas razões que o Vereador Carlos Moura explicou e que a boa ciência facilmente confirmará, têm um impacto que não é apenas no sítio onde aquela árvore está implantada, acho que isto é fácil de perceber e para isto não foi dada resposta, tem um impacto na qualidade do ar, não é só daquela rua, daquela freguesia, tem impactos no regime de ventos, tem impactos no conjunto de questões que o Vereador Carlos Moura aqui referiu e bem, que este órgão, estruturantes.

Portanto, aquilo que vocês estão a fazer é ser contraditórios com as vossas próprias opções e conceitos criados, quando tomaram a opção pela descentralização, mas criaram este conceito do estruturante. Sim, as árvores de alinhamento são estruturantes e a questão é que não as reconhecem como tal. Têm uma conceção de árvores um bocadinho, quer dos espaços verdes com aquela dimensão, quer das árvores de alinhamento, restritiva e que não tem correspondência com a realidade. E que já agora, não acompanha aquilo que o conhecimento científica já nos permite dizer a este respeito.

O Sr. Presidente em exercício: - Permitam-me Sr. Vereadores, discordar da vossa opinião por várias razões: Primeiro lugar, não existe um problema generalizado na cidade, não existe. Não existe um problema generalizado em relação à manutenção do arvoredo na cidade, não existe. Existem situações ocasionais que, e é volto a referir, dessas situações ocasionais estar a tirar uma regra geral, nós não podemos partilhar da sua opinião. Segundo lugar: A

reforma administrativa foi um processo que, no qual, nós nesta matéria em concreto foi absolutamente identificado e há aqui uma mudança, é verdade e é preciso reconhecer, em que a Câmara Municipal identificou vias e equipamentos estruturantes e no caso da estrutura verde foi aos equipamentos estruturantes que ficámos com as responsabilidades do ponto de vista da manutenção.

(intervenção impercetível fora do microfone.)

O Sr. Presidente em exercício (cont.): - Ó Sr. Vereador, mas trata-se aqui, muito mais de...e eu acho que, nesta matéria, nós não temos a preocupação nenhuma de ficar amarrados e presos à conceção original, naquilo que foi a reforma administrativa e temos uma leitura dinâmica, evolutiva em relação àquilo que é a observação que o tempo nos permite ter em relação à forma que foi projetada e já o fizemos, porque revimos os valores de apoio às Juntas de Freguesia, já o fizemos quando revemos as competências e já o fazemos agora, também aqui, quando analisamos o que é que faz sentido ser, eventualmente, de manutenção Municipal ou não, mas isto não nos permite, do nosso lado, pelo menos, generalizar que, a partir de agora, porque nós temos esta opinião; em relação ao eixo central, agora volta tudo para a cidade. Nós não temos, não partilhamos, não partilhamos essa observação, não partilhamos da observação que existe um problema generalizado, porque não existe. E depois, há outro aspeto que é natural, é perfeitamente natural que as Juntas de Freguesia reivindiquem permanentemente um reforço de meios para aquilo que são as suas funções, faz parte dinâmica, que é a normal entre as Juntas de Freguesia e Câmara Municipal de Lisboa. Faz parte. E, enquanto nós tivermos, sob a observação daquilo que é um processo que implicou e, nós próprios já, por um processo político lateral foi feita uma correção no Parlamento às verbas que inicialmente estavam transferidas para as Juntas de Freguesia, é natural que as Juntas de Freguesia procurem, do ponto de vista ativo, procurar reforçar os meios que têm. Mas a pergunta não é essa, a pergunta que nós todos nos devemos colocar e sob a qual nós nos revemos é: As Juntas de Freguesia hoje, têm mais ou menos meios que nós tínhamos para fazer o trabalho que eles faziam? E as Juntas de Freguesia hoje, fazem melhor ou pior de trabalho que nós fazemos quando nós tínhamos esta competência? E a nossa avaliação é que têm mais meios e fazem o trabalho. Exceção; dos casos em que nós, como é o caso em particular, entendemos que podemos fazer o melhor trabalho do que as Juntas de Freguesia. Porque esta ideia da

insuficiência dos meios, quer do ponto de vista da avaliação crítica das próprias organizações não-governamentais em relação a esta matéria, existia antes da reforma administrativa, existe depois da reforma administrativa e, até me arrisco a dizer, existe apesar da reforma administrativa. Faz parte! E portanto, a questão é, que fazem Juntas de Freguesia melhor trabalham, ou não, do que nós fazíamos? Têm as Juntas de Freguesia mais meios ou não do que nós tínhamos? E, a essas 2 perguntas a resposta que nós temos é: têm mais meios e fazem melhor o trabalho, exceto nos casos em que nós podemos, eventualmente reconhecer que faça sentido a Câmara fazer um melhor trabalho. Que é o caso em concreto, da proposta que apresentamos. E portanto, eu diria que, no caso da proposta que apresentamos; não temos razão nenhuma para a adiar, até porque ela de uma pátria. Até porque ela, no fundo, é parte daquilo que os vários vereadores defendem, portanto, se essa matéria muito há mais de fundo, é uma matéria que eventualmente poderá trazer mais propostas da parte dos vereadores, achamos muito bem, faz parte, obviamente das posições políticas que os vereadores têm. Em relação a esta proposta em concreto, acho que é útil aprovámo-la já, porque na realidade, não aprovarmos já. É porque se aprovarmos já, facilitamos aquilo que é, o trabalho das Juntas de Freguesia em relação a este espaço. E portanto, não creio que exista nenhuma razão para adiar a nossa proposta e não acho que nenhuma Freguesia é apanhada de surpresa pela proposta que nós apresentamos hoje, já foi falado e debatido com as mesmas e portanto, é uma proposta, que volte a dizer, que resultará, neste caso, em que as Juntas de freguesia passarão os mesmos meio que têm a aplicá-los em áreas menores do que as que atualmente aplicam, portanto, só poderá ser benéfico para aquilo que é a qualidade do desempenho das Juntas de Freguesia nesta matéria com os recursos que têm. Portanto, não vejo em que medida é que se pode ser prejudicial às Juntas de Freguesia? Sr. Vereador João Pedro Costa.

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Muito obrigado. Pelo que percebi, o PS, já ouviu as Juntas de Freguesia do PS da região, das zonas abrangidas por essa proposta.

O Sr. Presidente em exercício: - Não é as Juntas de Freguesia do PS, para nós quando pensamos nesta matéria, não pensarmos. Quer dizer, nós, quando esta proposta foi feita, por diversas vezes já tivemos oportunidade de falar com as Juntas de Freguesia que estão, no fundo, abrangidas...

O Sr. Vereador João Pedro Costa (cont.): - Não é as do PS, o PS já ouviu as Juntas de Freguesia, todas.

O Sr. Presidente em exercício: - Foram ouvidas. Não temos aqui, não pedimos pareceres às Juntas de Freguesia para fazer a nossa proposta Sr. Vereador, nem temos a necessidade de o fazer. Portanto, nós, a única coisa que fizemos é, foi conversado com as Juntas de Freguesia estas situações em concreto, não pedimos parecer e nem achamos que há necessidade nenhuma para pedir parecer às Juntas de Freguesia.

O Sr. Vereador João Pedro Costa (cont.): - Mas por exemplo, as Juntas de Freguesia conhecem a proposta alternativa apresentada pelo PCP? Se calhar era interessante,...

O Sr. Presidente em exercício: - A proposta alternativa apresentada pelo PCP, é superior a esta, quer dizer, portanto esta, é uma questão muito focada no eixo central e na Avenida da Liberdade. As propostas do PCP, é mais abrangente, quer dizer. E portanto não é pelo facto de nós podermos discutir uma proposta mais abrangente com o contributo dos Srs. Vereadores que nós não podemos tomar uma decisão, que pelos vistos, ninguém se opõe a esta, nenhuma das intervenções que eu ouvi aqui, vai no sentido contrário, à proposta que nós estamos a apresentar, sendo assim não vejo razão para a adiar.

O Sr. Vereador João Pedro Costa (cont.): - Sr. Presidente, eu, nós temos uma questão prática muito concreta, meia culpa

O Sr. Presidente em exercício: - Nós, é que temos de adiar a decisão? Ó Sr. Vereador. Não foi aqui apresentada nenhuma razão válida para adiar a proposta Sr. Vereador.

O Sr. Vereador João Pedro Costa (cont.): - Não, eu estou-lhe só a dizer: meia culpa, o PSD não está confortável para votar porque não conseguiu falar com o seu autarca de Santo António, ponto final. E portanto, pede que seja adiado mais uma semana.

O Sr. Presidente em exercício: - Mas esta proposta foi distribuída a tempo.

O Sr. Vereador João Pedro Costa (cont.): - Se entender que não?

O Sr. Presidente em exercício: - Sim. Vamos votar?

Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente. Ó SR. Presidente, relativamente à proposta que o Partido Socialista aqui apresenta, eu deduzi que tivesse existido alguma conversa, alguma informação, até, mais não seja, por uma questão de cortesia institucional, com as próprias Juntas de Freguesia no sentido de lhes dizer que: "Atenção que há aqui um conjunto de matérias que vão passar para responsabilidade da Câmara." Depreendi da sua intervenção, que houve umas conversas, mas que, se calhar as Juntas de Freguesia em causa, nem sequer sabem que esta proposta estará a ser discutida hoje aqui, em reunião de câmara.

O Sr. Presidente em exercício: - Nós não tivemos o cuidado de lhes mandara agenda da reunião de câmara.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Não, é uma questão de cortesia institucional, quer dizer, independentemente de ser uma força política, do mesmo partido ou não.

O Sr. Presidente em exercício: - Não, ó Sr. Vereador, não foi conhecimento da intenção da Câmara Municipal de o fazer, não...

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Bem, eu não me parece que esta proposta, se for adiada juntamente com a do PC mais 2 ou 3 semanas, penso que não é por causa disso, que haverá algum drama. No entanto se, o partido, se a maioria e se o executivo quiser manter a proposta para discussão e votação hoje, a única ressalva que nós fazemos é que, relativamente à proposta que nós iremos apresentar aqui em reunião de Câmara, Se tiver algo que condicione aquilo que está a ser votado hoje aqui, poderá acontecer, e portanto, deixo apenas esta nuance. No entanto, não percebo, Sr. Presidente em exercício, não percebo também a urgência, ou seja, a abertura que houve da parte do PCP, no sentido de dizer, bem, é pá, não é por causa de mais 2 ou 3 semanas que vamos ter aqui um problema, também não acho que seja eixo central, mais 2 ou 3 semanas que isso atrase. Agora, esse é um compromisso das várias forças políticas aqui dentro. E diria

que, as Juntas de Freguesia, evidentemente, têm que ser ouvidas nesta matéria, calculo que o Sr. Presidente e os Vereadores com competência na matéria o façam, mas eu gostaria também de ouvir os argumentos das Juntas de Freguesia e penso que isso ia...Diga, desculpe.

(intervenção impercetível fora do microfone.)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Esta tem que ir obrigatoriamente, à Assembleia Municipal? Não sei porquê. Porque razão é que isto tem que ir à Assembleia Municipal?

(intervenção impercetível fora do microfone.)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Não, o que foi, foi o regulamento. O regulamento tem que ir à Assembleia Municipal, uma proposta desta natureza...

(intervenção impercetível fora do microfone.)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Obriga a ir? Pronto.

(intervenção impercetível fora do microfone.)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Pronto Mas, de qualquer maneira, penso que não é por causa das tais 2 ou 3 semanas que levante algum problema. O que eu lhe quero dizer e salvaguardar hoje aqui, porque também já conheço as narrativas que normalmente vêm daí, é que e o CDS terá uma proposta, se tiverem implicações nesta mesma zona, nada será prejudicado da votação que é hoje feita aqui e, ou seja, a proposta que vamos trazer, seguramente, porque, calculo eu, terá algumas implicações aqui. De qualquer maneira, há uma coisa que eu não acompanho, o diagnóstico que o Sr. Presidente em exercício aqui fez, relativamente, à gestão do arvoredo, eu peço desculpa mas estamos muito mais inclinados para o que foi dito aqui pelo PCP, do que aquilo que, é a visão e que apresentou idílica da gestão do arvoredo na cidade de Lisboa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Realista Sr. Vereador. Vamos votar então. Ponto 42, Proposta 327, depois já perguntarei ao PCP se quer manter ou não,

a proposta. Srs. Vereadores, quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com a abstenção dos Vereadores do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 327/2018 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (6PS, 2Ind., 2PCP e 1BE) e 4 abstenções (3CDS/PP e 1PPD/PSD)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Declaração de voto.

O Sr. Presidente em exercício: - Declaração de voto...

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Declaração de voto também.

Os Srs. Vereadores do PPD/PSD e do CDS/PP apresentaram declaração de voto.

(Adiada a Proposta 328/2018)